

**MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA**

CLASSE DE LETRAS

*Churchill e Tocqueville:
A comum paixão aristocrática pela liberdade*

JOÃO CARLOS ESPADA



**ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA**

LISBOA • 2025

Título: Churchill e Tocqueville

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Data de edição: 2025

DOI: <https://doi.org/10.58164/71s0-kn70>

Churchill e Tocqueville: A comum paixão aristocrática pela liberdade

JOÃO CARLOS ESPADA

Optei intencionalmente nesta comunicação de hoje por um título algo excêntrico: “uma comum paixão aristocrática pela liberdade” que atribuo a Winston Churchill e Alexis de Tocqueville. Tenho duas razões fundamentais para esta escolha excêntrica: a mais profunda prende-se com a minha convicção de que existem dois conceitos de democracia, uma liberal, outra despótica; acontece que também acredito que a concepção liberal de democracia tem uma inspiração aristocrática. E que essa inspiração é particularmente patente na defesa da democracia liberal por Alexis de Tocqueville.

A segunda razão, mais imediata, e que apresentarei na primeira parte desta minha intervenção, prende-se com a minha comunicação do ano passado, nesta nossa Academia, sobre a mais recente biografia de Winston Churchill, por Andrew Roberts. Nesta biografia, Roberts enfatiza a dimensão aristocrática da adesão de Churchill à causa da liberdade. Esta associação de Roberts entre aristocracia e liberdade tem gerado legítima perplexidade. E por isso também me pareceu intelectualmente estimulante revisitar esta problemática.

I

CHURCHILL, O ARISTOCRATA QUE SALVOU A DEMOCRACIA

Na sua biografia de Winston Churchill (*Churchill: Caminhando com o Destino*, Lisboa, Dom Quixote, 2019), Andrew Roberts argumenta persuasivamente que a origem e formação aristocráticas de Churchill lhe forneceram um forte sentido de independência e de auto-confiança. Essa dimensão aristocrática, diz Andrew Roberts, “pode hoje ser vista com desconforto em associação com a sua imagem de salvador da democracia, mas, se não fosse a invencível auto-confiança da sua casta de origem, Churchill poderia muito provavelmente ter preferido adaptar a sua mensagem às circunstâncias políticas dos anos 1930, em vez de as tratar com desdém, como de facto fez.”

Churchill, acrescenta Andrew Roberts, “nunca sofreu de deferência das classes médias nem de ansiedade social, simplesmente porque ele não era de classe média, e o que pensavam as respeitáveis classes médias não era importante para a criança nascida no Palácio de Blenheim”.

Como referi aqui no ano passado, esta passagem de Andrew Roberts imediatamente me recordou a minha primeira visita a Blenheim, em 1990. O palácio onde Churchill nasceu tinha sido mandado construir pela Rainha Ana para oferecer ao antepassado de Churchill, o Duque de Marlborough, como recompensa pelas suas proezas militares em 1705. Ainda hoje é considerado como uma das mais imponentes propriedades privadas em Inglaterra. Quando cheguei lá pela primeira vez — democraticamente de autocarro — lembro-me perfeitamente de ter ficado surpreendido com a imponência do Palácio e dos amplos bosques e lagos adjacentes. E o meu primeiro pensamento foi que alguém nascido em Blenheim não teria muita propensão para obedecer a ordens de comando — especialmente se estas fossem ditadas por “that man” (como Churchill se referia ao desprezível cabo Hitler), ou pelo camarada Stalin.

Por outras palavras, concordo com Andrew Roberts quando ele sugere que a origem e formação aristocráticas de Churchill lhe terão facultado um sentido de rebelião contra ordens arbitrárias de comando originárias de poderes centralizados e distantes — mas não necessariamente contra as opiniões e sentimentos das pessoas comuns. Como Roberts enfatiza correctamente, Churchill gostava de recordar o mandamento de Edmund Burke, “Trust the people”. E, ao descrever a filosofia política de seu pai, o conservador Randolph Churchill, Winston escreveu:

“Ele não via razão para que as velhas glórias da Igreja e do Estado, do Rei e do País, não pudessem ser reconciliadas com a democracia moderna; ou que as massas do povo trabalhador não pudessem tornar-se as maiores defensoras daquelas antigas instituições através das quais as suas liberdades e o seu progresso têm sido alcançados.” (Winston S. Churchill, “Personal Contacts”, in *Thoughts and Adventures*, Londres: *Thornton Butterworth*, 1934, p. 52).

De acordo com Roberts, a origem e formação aristocráticas de Churchill deram-lhe também, ou talvez sobretudo, um sentido de dever para com o povo e a nação. Escreveu Roberts:

“As suas opiniões políticas vinham essencialmente do movimento “Young England” que Disraeli lançara na década de 1840, cujo sentido de *noblesse oblige* assumia eterna superioridade mas também instintivamente apreciava os deveres dos privilegiados para com os menos favorecidos. A interpretação de Churchill sobre as obrigações da aristocracia era que ele e a sua classe tinham uma profunda responsabilidade para com o seu país, o qual tinha o direito de esperar dele uma vida dedicada a servir o país.” (Andrew Roberts, *Op. Cit.*, p.49).

Roberts em seguida acrescenta sabiamente que, “como verdadeiro aristocrata, Churchill não era *snob*”. Recordando que os amigos mais próximos de Churchill vinham de uma vasto círculo social, o biógrafo chama a nossa atenção para um notável episódio sobre a visita da sua Ama, Mrs. Everest, ao colégio de Harrow, em 1892 (quando Churchill tinha 18 anos). O jovem Winston caminhou com ela de braço dado através de todo o colégio até à estação de comboios, e “até teve a coragem de lhe dar um beijo” — ignorando ostensivamente o snobismo dos seus colegas de Harrow.

II

ALEXIS DE TOCQUEVILLE: A DEMOCRACIA NA AMÉRICA

Alexis de Tocqueville nasceu a 29 de Julho de 1805 e faleceu a 16 de Abril de 1859, antes de completar 54 anos. Descendia de uma antiga família aristocrática e católica da Normandia, os Clérel, que em 1661 tinham adoptado o nome de Tocqueville. O seu bisavô materno, Chrétien de Malesherbes, e o seu pai, Hervé de Tocqueville foram presos pela Revolução Francesa. O primeiro foi guilhotinado juntamente com uma irmã, uma filha, um genro, e uma neta e respectivo marido. O pai Hervé foi poupado e libertado em 1794; os seus cabelos tinham ficado brancos aos 22 anos de idade.

A formação intelectual de Tocqueville foi profundamente marcada pela figura e obra do historiador e estadista liberal François Guizot, cujas aulas na Sorbonne seguiu com grande atenção (tal como, ao que parece, aconteceu com Karl Marx). É desse período que nasce o seu interesse pela experiência constitucional da monarquia britânica, de que se torna admirador. Mas a revolução de Julho de 1830, com a chegada ao trono de Louis-Philippe d’Orléans, convence-o de que a marcha da igualdade será irresistível em França. Ao contrário da maior parte dos liberais da época, que se inspiravam na experiência inglesa, Tocqueville intui que

os ingredientes para a salvaguarda da liberdade só poderão ser encontrados na América democrática — e já não na Inglaterra aristocrática. Daqui nasceu a sua obra magistral em dois volumes *Da Democracia na América*, publicada em 1835, após uma visita aos EUA em 1831–32.

Os dois volumes têm um problema comum que lhes subjaz e que o autor reconhece ter constituído o motivo principal da redacção da obra. Esse problema pode ser descrito como o da inevitabilidade da emergência da era democrática na civilização cristã, emergência que se torna mais clara na América, mas que Tocqueville garante ir generalizar-se a toda a Europa. Esta era democrática — que o autor define sobretudo pela igualdade de condições e contrasta com a era aristocrática — traz consigo enormes benefícios, mas também novos perigos. Sendo ela inevitável, a forma particular que vai assumir não é, no entanto, predeterminada, razão pela qual é possível maximizar os benefícios e minimizar, embora não eliminar, os prejuízos.

Os prejuízos associados à era democrática, que discutiremos em detalhe mais adiante, são basicamente produto da sua paixão destemperada pela igualdade. No volume II, Tocqueville distingue quatro áreas principais (que correspondem às quatro partes em que o volume está organizado) em que eles se farão sentir: no movimento intelectual, nos sentimentos, nos costumes e no domínio político. Em traços gerais, diríamos que a paixão destemperada pela igualdade tenderá a gerar um abaixamento do horizonte espiritual do homem democrático; uma tendência para pensar cada vez mais no curto prazo, ou para o que hoje chamamos “gratificação instantânea” por contraste com a “gratificação diferida”; uma tendência individualista que separa os indivíduos uns dos outros, enfraquecendo ou mesmo eliminando todas as “estruturas mediadoras” (do que hoje chamamos “sociedade civil”) entre estes e o poder central; e uma tendência centralizadora e uniformizadora que deixará os indivíduos indefesos face a um Estado crescentemente regulamentador dos mais ínfimos detalhes da vida pública e privada.

Da combinação destas tendências surge a ameaça de um novo despotismo, desta feita de cariz igualitário, a que Tocqueville chama por vezes “tirania da maioria” — embora o conceito seja bastante mais complexo e subtil do que a designação pode sugerir. Mas este despotismo, assevera Tocqueville, não é de forma alguma inevitável e ele pode ser evitado se a paixão da igualdade for temperada pelo exercício da liberdade. Este equilíbrio não será fácil porque os

povos democráticos, embora tenham pela liberdade “um gosto natural”, têm pela igualdade uma “paixão ardente, insaciável, eterna, invencível”. O equilíbrio é, ainda assim, possível e o lugar onde ele é praticado é a América. Daí que o volume I seja inteiramente dedicado à experiência americana e aos factores que tornam a democracia americana liberal e não despótica.

Em suma, podemos dizer, como disse o nosso mestre Raymond Aron, que o problema central de Tocqueville é o de saber se a era democrática triunfante será despótica ou liberal. Como amigo da democracia, Tocqueville tentará persuadir os seus contemporâneos europeus das vantagens que ela possui. E, ainda como amigo da democracia, Tocqueville tentará mostrar como ela poderá destruir-se a si própria se, narcotizada pela paixão da igualdade, abandonar a arte aristocrática da liberdade. Curiosamente, no entanto, é na igualitária América democrática — e não na aristocrática Inglaterra liberal, por ele também admirada — que Tocqueville vê os ingredientes que, na era igualitária triunfante, podem preservar a liberdade e a elevação na nossa civilização.

A FALÁCIA DE ROUSSEAU

Ao longo de *Da Democracia na América*, Tocqueville descreve com detalhe as múltiplas manifestações da era da igualdade. E, após observar cuidadosamente essas manifestações, conclui que a era da igualdade gera duas tendências, aparentemente contraditórias, mas que, em última análise, acabam por se alimentar mutuamente. A primeira é de cariz individualista e derruba toda a autoridade exterior a cada indivíduo. O indivíduo da era democrática, considerando todos os outros como iguais, não reconhece a qualquer outro indivíduo — nem a qualquer outra entidade que não tenha sido consentida por si — legitimidade como fonte de autoridade. Numa versão benigna, que o autor encontra sobretudo na América, esta tendência gera no homem democrático a adesão a instituições livres: a imprensa livre, a religião livre, as associações voluntárias livres, o auto-governo local. Mas, sobretudo quando a democracia é produto de uma revolução, o que não foi o caso americano, esta mesma tendência gera turbulência e anarquia, constituindo uma ameaça à democracia. Contudo, esta não é a principal ameaça, como veremos a seguir.

Existe uma segunda tendência na era democrática que conduz os homens “por um caminho mais longo, mais secreto, mas mais seguro (e) que desemboca

na servidão”. Esta é a tendência para a centralização e a uniformização: a tendência para o reforço do poder político central e para o alargamento ilimitado da sua esfera de intervenção. Tocqueville analisa com notável rigor os muitos factores que contribuem para que a paixão da igualdade alimente a centralização e a uniformização. Entre eles, sobressai o que gostaríamos de designar por “falácia de Rousseau”, esse notável e maníaco profeta do despotismo igualitário na época moderna, que Tocqueville leu atentamente: porque o governo é agora de todos e não já apenas de alguns, o homem democrático vai imaginar que, como pregou Rousseau, todo o poder que conceder ao governo pertence ainda a si próprio — dado que ele próprio participa da governação.

Esta falácia — que foi brilhantemente detectada no plano puramente conceptual por Benjamin Constant, John Stuart Mill e Isaiah Berlin, entre outros — levará o homem democrático, docilmente, a ceder ao governo áreas crescentes da sua liberdade. No limite, esta mesma falácia levará o homem democrático a aceitar como legítimo aquilo que sempre foi, em todas as épocas, o maior adversário da liberdade: o governo ilimitado, o governo que não só intervém em áreas crescentes da vida pessoal e social como, sobretudo, não reconhece nada fora nem acima de si mesmo. Por outras palavras: o homem democrático, em princípio independente e insubmisso, vai paradoxal e voluntariamente atribuir ao “governo de todos” um poder ilimitado e incomparavelmente superior ao poder de alguns que, na era aristocrática ou pré-democrática, era tradicionalmente limitado — pela religião, pela moral concebida como acima de todos e de cada um, e, enfim, pela pluralidade de pólos aristocráticos que constituam freios e contrapesos ao poder central do monarca.

Este é um ponto extraordinariamente importante e de enorme alcance político e filosófico. O que Tocqueville está a observar é que a mesma tendência que leva o homem democrático a não reconhecer qualquer autoridade fora de si mesmo leva-o a atribuir uma autoridade ilimitada ao governo central — desde que este seja exercido em nome de todos e da igualdade. Observando em acção a falácia de Rousseau, Tocqueville regista que “os homens que vivem nos séculos de igualdade gostam naturalmente do poder central (...) e julgarão que tudo o que lhe concedem estão a conceder a si próprios”. Por este motivo, prossegue o autor, na era da igualdade, “a ciência do despotismo, outrora tão complicada, simplifica-se e, por assim dizer, fica reduzido a um princípio único”: os

governantes que mais se identificarem com o homem comum e mais ostentarem o culto da igualdade serão aqueles que maior facilidade terão em retirar aos seus concidadãos a liberdade de que eles se imaginam soberanos detentores. O resultado será uma nova forma de despotismo, antes desconhecida:

“(…)Vejo uma multidão imensa de homens semelhantes e de igual condição girando sem descanso à volta de si mesmos, em busca de prazeres insignificantes e vulgares com que preenchem as suas almas. Cada um deles, colocando-se à parte, é como um estranho face ao destino dos outros; para ele, a espécie humana resume-se aos seus filhos e aos seus amigos; quanto ao resto dos seus concidadãos, está ao lado deles, mas não os vê; toca-lhes, mas não os sente, ele só existe em e para si próprio e, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer pelo menos que deixou de ter uma pátria.

Acima desses homens, ergue-se um poder imenso e tutelar que se encarrega sozinho da organização dos seus prazeres e de velar pelo seu destino. É um poder absoluto, pormenorizado, ordenado, providente e suave. Seria semelhante ao poder paternal se, como este, tivesse por objectivo preparar os homens para a idade viril; mas ele apenas procura, pelo contrário, mantê-los irrevogavelmente na infância. Agrada-lhe que os cidadãos se divirtam, conquanto pensem apenas nisso. Trabalha de boa vontade para lhes assegurar a felicidade, mas com a condição de ser o único obreiro e árbitro dessa felicidade. Garante-lhes a segurança, previne e satisfaz as suas necessidades, facilita-lhes os prazeres, conduz os seus principais assuntos, dirige a sua indústria, regulamenta as suas sucessões, divide as suas heranças. Será também possível poupar inteiramente aos cidadãos o trabalho de pensar e a dificuldade de viver? (...) A igualdade preparou os homens para tudo isto, predispondo-o a aceitar este sofrimento e, até, a considerá-lo um benefício” (Alexis de Tocqueville, *Da Democracia na América*, II, 4,VI).

GOVERNO LIMITADO

Chegado a este ponto, o leitor que tenha sido introduzido ao conceito de democracia pela tradição cultural do Iluminismo continental estará por certo surpreendido. Esta tradição ensina que a democracia reside na soberania da vontade geral do povo e que a sua emergência resultou de um corte com a tradição medieval — corte de que a Revolução Francesa terá sido fundadora. Ora Tocqueville, que elogia a

democracia, está a criticar a soberania ilimitada da vontade geral e a elogiar a tradição pluralista medieval e aristocrática. Como é isto possível?

Não é aqui o lugar para responder inteiramente a esta pergunta, que é tremendamente importante. Mas pode ser avançado que a razão pela qual Tocqueville provocou estranheza nas hostes democráticas do continente europeu é a mesma pela qual ele tem sido aclamado e cuidadosamente estudado pelas hostes democráticas do mundo de língua inglesa. Aqui, a democracia emergiu de um longo processo de limitação do poder central que remonta pelo menos à Magna Carta inglesa de 1215 — um documento que consagra as prerrogativas aristocráticas e submete o poder do rei ao limite das “leis da terra”, ou da “common law”. Por esta razão, a democracia anglo-americana resulta da extensão gradual das prerrogativas aristocráticas — que limitavam o poder do rei — a sectores crescentes da população. Neste sentido, a democracia não é entendida como “vontade geral” ilimitada porque o poder ilimitado — qualquer que seja a sua origem — é entendido como despotismo. Na tradição anglo-americana, o melhor regime é sempre, em primeiro lugar, o de um governo limitado. Por isso, quando Tocqueville detecta na democracia tendências que podem gerar um poder ilimitado — em nome do povo — os democratas da tradição anglo-americana compreendem-no e apreciam-no. Para eles, é claro que a razão pela qual Tocqueville critica a vontade geral ilimitada é porque ele é um defensor da liberdade e um opositor do despotismo, qualquer que seja a sua origem — um, alguns, ou todos reunidos em colectivo.

O mesmo não se passou noutros lugares. Em *O Antigo Regime e a Revolução*, livro cuja primeira parte publicou em 1856, Tocqueville dirá que a razão pela qual o perigo do despotismo é muito maior em França do que em Inglaterra ou na América reside no facto de que, em França, o pluralismo aristocrático fora enfraquecido pela monarquia absoluta — coisa que esta não conseguira fazer em Inglaterra e muito menos nas distantes colónias americanas. O absolutismo centralista da monarquia francesa preparara dessa forma o caminho para o absolutismo centralista da Revolução Francesa. E Tocqueville lamentava que a França permanecesse prisioneira do “estéril conflito entre o Antigo Regime e a Revolução”, que era um conflito entre dois centralismos rivais. Em *Da Democracia na América*, ele já criticava veementemente aqueles que, condenando

embora o absolutismo igualitário da Revolução Francesa, não sabiam contrariá-lo com a arte da liberdade:

“Em França, muitos são aqueles que consideram a igualdade de condições um primeiro mal e a liberdade política um segundo. Quando são obrigados a ceder uma, tentam pelo menos escapar à outra. Quanto a mim, digo que a liberdade política é o único remédio eficaz para combater os malefícios que a igualdade pode originar” (Alexis de Tocqueville, *op cit.*, II.2.IV).).

PERSONALIDADES ARISTOCRÁTICAS NA ERA DEMOCRÁTICA

Mas como pode a liberdade conter os excessos da igualdade numa época em que os corpos intermédios aristocráticos desaparecem para dar lugar a indivíduos dispersos e isolados face ao poder central? “O que mais contribuiu para assegurar a independência dos indivíduos nos séculos aristocráticos” — escreve Tocqueville — era o facto de, aí, o soberano não governar nem administrar sozinho os cidadãos; esse era um cuidado que ele era obrigado a atribuir, em parte, aos membros da aristocracia, de tal modo que o poder social, estando sempre dividido, nunca pesava nem inteiramente nem da mesma forma sobre cada indivíduo (II,4,VII). Esta solução, garante o nosso autor, está hoje completamente posta de parte. Mas acrescenta: “vejo procedimentos democráticos que podem substituir os anteriores”.

Esses são os procedimentos que Tocqueville detecta na América e que descreve com notável perspicácia ao longo do volume I de *Da Democracia na América*: a descentralização política e administrativa, que começa no próprio governo local; a estrita independência do judiciário, começando no julgamento por júri; a liberdade de imprensa; a liberdade religiosa e a intensa religiosidade dos americanos que naturalmente se combina com o espírito de liberdade. Todos estes factores — e a alguns deles voltaremos adiante — contribuem para contrariar a centralização e o poder ilimitado. Mas Tocqueville sublinhou um outro que raramente foi observado com tanta argúcia, antes ou depois dele: a “arte de associação” dos americanos:

“Os Americanos de todas as idades, condições e tendências reúnem-se constantemente, não só em associações comerciais e industriais, nas

quais todos participam, mas também em muitas outras de diversíssimos géneros: religiosas, morais, sérias, fúteis, muito gerais e muito particulares, enormes e ínfimas; os Americanos associam-se para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, divulgar livros, enviar missionários para os antípodas; e é também assim que criam hospitais, prisões e escolas. Desde que se trate de evidenciar uma verdade ou desenvolver um sentimento através de um grande exemplo, ei-los que se associam. Sempre que, à cabeça de um novo empreendimento, possais ver em França o governo e na Inglaterra um grande senhor, podeis estar certos de que nos Estados Unidos encontrareis uma associação” (Alexis de Tocqueville, *op cit.*, II, 2,V).

Qual é o efeito prático desta arte de associação? É a criação, na época democrática de uma espécie de “personalidades aristocráticas” (designação do autor) que possam constituir instituições mediadoras de tipo democrático entre o indivíduo e o Estado:

“Desta forma, obter-se-ia várias das maiores vantagens da aristocracia, sem ter de incorrer nas suas injustiças, nem nos perigos que ela comporta. Uma associação política, industrial, comercial, ou até científica e literária, é como que um cidadão instruído e poderoso cuja vontade não pode ser vergada e que não se consegue oprimir na sombra e que, ao defender os seus direitos pessoais contra as exigências do poder, salva as liberdades comuns” (Alexis de Tocqueville, *op cit.*, II, 4,VII).

III

Em suma,

Recordando a comum condição aristocrática de Winston Churchill e Alexis de Tocqueville, procurei propor um olhar retrospectivo sobre dois conceitos modernos de democracia.

Na tradição associada a Rousseau (que muito influenciou Robespierre, Marx, Lenine e Mussolini, entre outros), a democracia tende a ser entendida como regime monista, fundado na ‘vontade geral’. Alegadamente resultante de uma ruptura com a tradição aristocrática descentralizada, a “vontade geral” dos “iguais” daria lugar “à total alienação por cada associado de ele próprio e de todos os seus direitos para toda a comunidade”.

Em contrapartida, Churchill e, sobretudo, Tocqueville, sublinharam o potencial despotismo desse entendimento da democracia, que associaram a um culto imoderado e moderno da igualdade. Por contraste, defenderam um entendimento liberal da democracia, que acentua a limitação de todos os poderes e o pluralismo da sociedade civil.

No pluralismo das associações civis, independentes do estado, Tocqueville viu uma espécie de “personalidades aristocráticas na era democrática”: ao defenderem as suas liberdades particulares, defendem as liberdades de todos. Churchill, por seu turno, defendeu que o segredo da liberdade inglesa assentava na capacidade de ter assimilado todas as reivindicações sociais modernas sem precisar de romper com a tradição aristocrática da Magna Carta de 1215.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2020

COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 4 DE NOVEMBRO DE 2024

* A presente comunicação não segue a grafia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.